promoção da parentalidade

No combate às violências!

GUIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA DO AMAZONAS



FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Secretaria de
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Realização

FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
IN UNIVERSA SCIENTIA VERITAS

Parceiros

CNPq

promoção da parentalidade
No combate às violências!

UNICAMP
UFMT
UnB
FURG UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
UFMS FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
LADHU Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação
UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFPR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ufscar
ufjf
1290 UNIVERSIDADE D COIMBRA

.

U58g Universidade Federal do Amazonas.

Guia de prevenção à violência contra crianças na primeira infância do Amazonas : promoção da parentalidade no combate às violências! / organização: Iolete Ribeiro da Silva, Jolorena de Paula Tavares ; projeto gráfico & diagramação Raescla Ribeiro de Oliveira ; Redação Rosemary Amanda de Lima. – Manaus : [s.n.], 2026.

27 p . : il. Color. ; 30 cm.

1. Criança e violência. 2. Violência - Prevenção. 3. Crime sexual contra crianças. 4. Negligência. I. Silva, Iolete Ribeiro da. (org.) II. Tavares, Jolorena de Paula. (org.) III. Oliveira, Raescla Ribeiro de. (PG & Diag.) IV. Alves, Rosemary Amanda de Lima (redação) V. Título.

CDU (1976) 343.615-053.2(811.3)

(Catalogação realizada pelo bibliotecário Flaviano Lima de Queiroz – CRB11/255)

Expediente

Organização



Profª Drª Iolete Ribeiro da Silva
Psicóloga e Docente (UFAM)
Coordenadora do Projeto

Organização, redação & Revisão



Ma. Jolorena de Paula Tavares
Psicóloga e Bolsista de Apoio Técnico FAPEAM (2025/26)
Pesquisadora do Projeto

Projeto Gráfico & Diagramação



Ma. Raescla Ribeiro de Oliveira
Pedagoga e Doutoranda (UFAM)
Pesquisadora Voluntária

Redação



Ma. Rosemary Amanda Lima Alves
Psicóloga e Doutoranda (UFAM)
Pesquisadora Voluntária

Revisão Textual

Profª Drª Munique Therense Costa de Morais Pontes
Profª Drª Adria de Lima Sousa

@ladhuufam | @parentalidadebr

Apresentação do Guia

Esse guia é um produto técnico oriundo das pesquisas: “Mapeamento da violência contra crianças na região Norte do país: reflexões sobre indicadores e políticas públicas” (2022-2024) e “Práticas parentais na primeira infância: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amazonas” (2025-2026).

As pesquisas apontam que, apesar de as/os agentes do Sistema de Garantia de Direitos já realizarem atendimentos técnicos, acolhimentos e articulação de serviços da Rede de Proteção, eles ainda apresentam dificuldades para reconhecer os tipos de violências e também de realizarem as notificações compulsórias dos casos que atendem, conforme estabelecem as normativas brasileiras.

Espera-se que este material aponte caminhos possíveis às/aos trabalhadoras/es do estado do Amazonas que atuam dentro dos dispositivos CRAS, UBS e CAIC, conhecidos como “porta de entrada” do SUS e SUAS.

Destaca-se que essas/esses profissionais são fortes aliadas/os para a efetiva prevenção da violência contra crianças na primeira infância e suas famílias, pois atuam na linha de frente dos atendimentos da Rede de Proteção brasileira.



Sumário

05 O QUE É PRIMEIRA INFÂNCIA?

05 O QUE É A VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA? TIPOS DE VIOLÊNCIA.

07 O PERFIL DA CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA DO AMAZONAS QUE SOFRE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA?

08 POR QUE CONHECER SOBRE OS TIPOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS?

08 O PAPEL DOS AGENTES DO SGDCA AO CUIDAR E PREVENIR AS VIOLÊNCIAS NOS DISPOSITIVOS DO SUS E SUAS

09 ESTUDO DE CASO 1 - SUS

10 ESTUDO DE CASO 2 - SUAS

11 ENCAMINHAMENTO DOS CASOS À REDE DE PROTEÇÃO

12 POSSÍVEL FLUXO PARA O CASO 1 - SUS

13 POSSÍVEL FLUXO PARA O CASO 2 - SUAS

14 QUAL É A DIFERENÇA ENTRE NOTIFICAÇÃO, COMUNICAÇÃO EXTERNA E DENÚNCIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIAS?

15 QUEM DEVE REALIZAR A DENÚNCIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA?

15 PRINCIPAIS DISPOSITIVOS DA REDE DE PROTEÇÃO

16 CONSIDERAÇÕES FINAIS

17 AGRADECIMENTOS

18 REFERÊNCIAS

19 GLOSSÁRIO

O que é primeira infância?

É o período da vida que vai desde a concepção, o nascimento, até os 6 anos de idade de uma criança (Brasil, 2016). São nesses primeiros anos que ocorre o maior desenvolvimento cerebral, onde as crianças têm maior capacidade de adaptação e aprendizagem de novas habilidades cognitivas e afetivas que poderão ser aprimoradas ao longo do desenvolvimento (NCPI, 2014).

O que é a violência na primeira infância?

A violência existe quando há intencionalidade da força/poder que ocasiona algum tipo de lesão física, dano psicológico contra outras pessoas ou contra si (OMS, 2002). No Brasil, a violência contra crianças é um problema de saúde pública.

O Estatuto da Criança e do Adolescente coloca que a Violência Física, a Violência Psicológica, a Violência Sexual, a Violência Institucional e a Violência Patrimonial são consideradas crimes quando praticadas contra crianças e adolescentes (Brasil, 2017).

Tipos de Violência

Violência Psicológica

Todo comportamento que cause prejuízo ao desenvolvimento tais como aqueles atos que humilhem, ameacem, isolem, ridicularizem ou depreciem a criança.

Violência Física

É todo ato que tenha como objetivo castigo físico, tratamento cruel ou degradante contra a criança.

Violência Sexual

É todo ato de abusar e explorar sexualmente, produzir, comercializar ou ter posse de material relacionado a conteúdo pornográfico envolvendo crianças.

Violência Patrimonial

É entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional.

Violência Institucional

É praticada por órgãos e agentes públicos que possuem propósito de defesa e cuidado com os cidadãos, mas não realizam de fato o seu trabalho; utilizam-se de práticas autoritárias, herdadas de tempos passados, tendo como intuito um controle social da população pobre.

Negligência

Essa violência ocorre quando uma pessoa adulta não presta os cuidados básicos a uma criança. Normalmente, é uma violência silenciosa que compromete a integridade física e a dignidade da criança. Pode também ser nomeada de Violência por Omissão, sendo subdividida em quatro tipos: a física, a emocional, a educacional e a médica.

São exemplos desse tipo de violência: a falta de alimentação, de higiene, de roupas, de documentos, a falta de cuidados em saúde ou quando um adulto deixa uma criança sem supervisão (abandono).



Aspectos relacionados à fragilidade parental, tais como comportamentos coercitivos, uso da força física com intuito de “educar”, por exemplo, podem causar prejuízos ao desenvolvimento saudável na primeira infância. Entre 2018 e 2022, os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) apontam que as violências mais recorrentes contra crianças de zero a seis anos do Estado do Amazonas são as do tipo: Negligência, Sexual, Física e entre outros (Tavares, 2024).

O perfil das crianças na Primeira infância



No Amazonas, a violência do tipo Negligência é a mais praticada contra bebês-crianças de até 36 meses, da raça/cor parda, sexo feminino. A residência dessas crianças é o principal lugar de ocorrência e a principal responsabilizada por esse ato são as genitoras (mãe), os pais e outros cuidadores que vivem no lugar (Gráficos 1, 2, 3, 4 e 5).

Gráfico 1 - Tipos de Violência

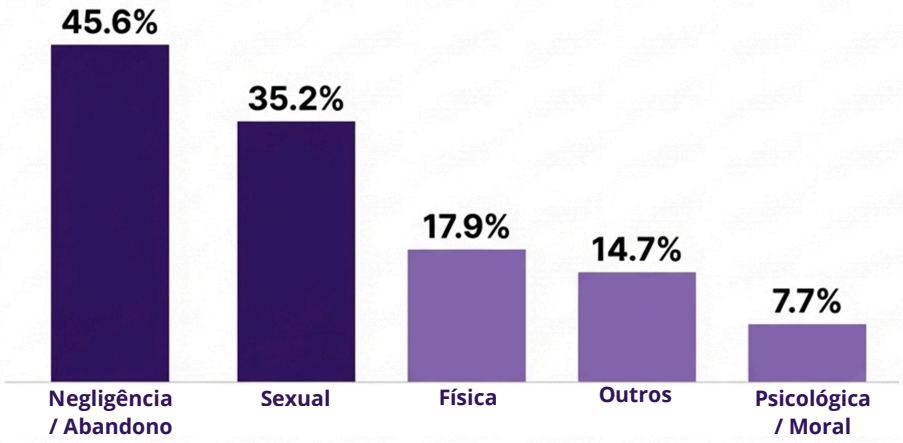


Gráfico 2 - Gênero das crianças

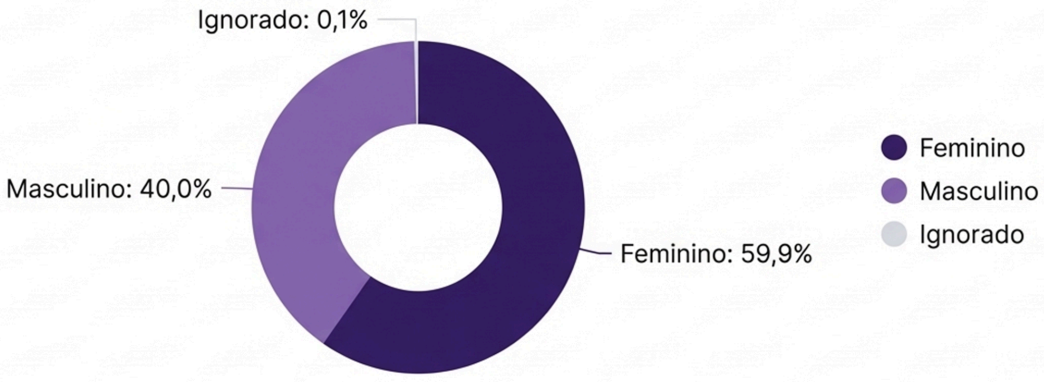


Gráfico 3 - Perfil étnico-racial

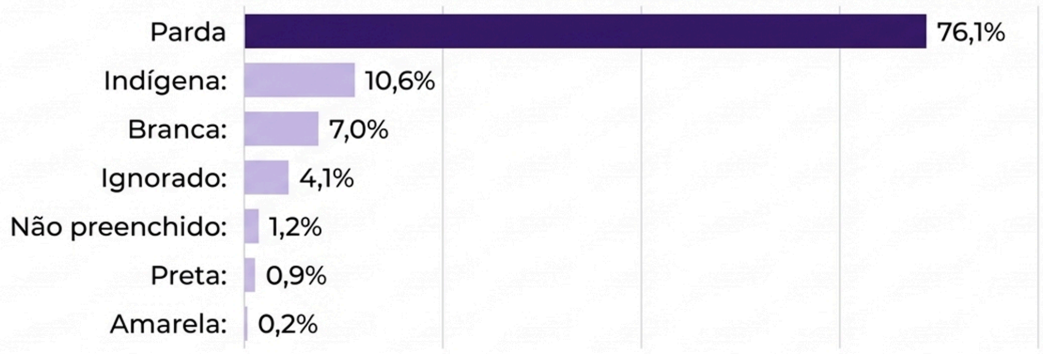
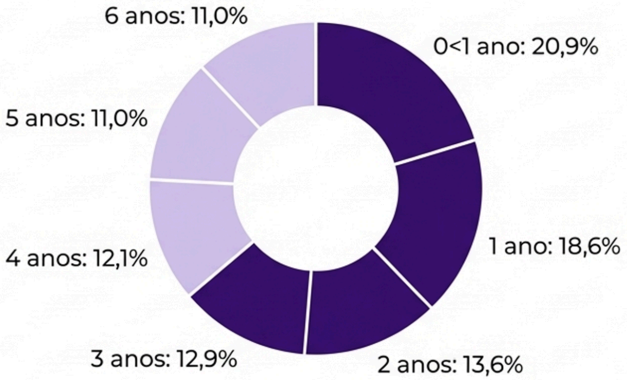
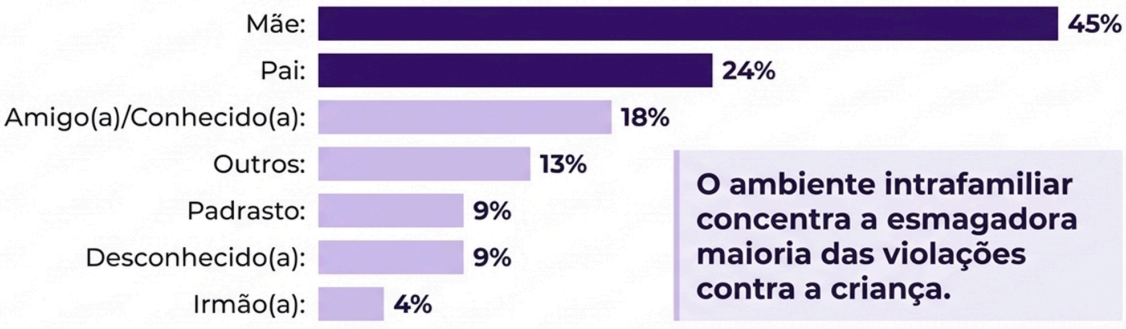


Gráfico 4 - Idade das crianças



Mais de **65%** das vítimas registradas têm **3 anos** de idade ou menos.

Gráfico 5 - Pessoa que violou os Direitos



O ambiente intrafamiliar concentra a esmagadora maioria das violações contra a criança.

Todos os gráficos foram adaptados do estudo de Tavares (2024).

Por que conhecer sobre os tipos de violências contra crianças de zero a seis anos?

Para as/os profissionais, conhecer os mais variados sinais e sintomas das violências contra crianças na primeira infância do Amazonas é fundamental para a prevenção, pois é através da identificação assertiva do tipo de violência que a criança está sendo submetida, que os profissionais guiarão suas práticas de trabalho, articuladas com a rede de proteção, em prol da proteção dos direitos fundamentais das crianças.



O papel dos agentes do SGDCA na prevenção às violências

Em geral, os profissionais do SUS e SUAS (agentes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes [SGDCA]) são as pessoas fora do núcleo familiar que realizam contatos periódicos com as crianças e suas famílias, seja por conta de consultas necessárias durante o desenvolvimento, seja por necessidade de acesso aos benefícios sociais como o Bolsa Família.

Com as mães, pais e responsáveis, esses profissionais podem realizar atividades que promovam o reconhecimento das violências citadas, bem como podem auxiliá-los a reconhecer quais violências eles podem estar praticando contra suas crianças, podendo assim intervir e cuidar da saúde física e mental das crianças.

Com as crianças, os profissionais podem trabalhar no processo de observação de sinais e sintomas que as crianças podem apresentar em visitas domiciliares ou em consultas dentro dos dispositivos do SUS e SUAS (UBSs/CAICs e CRAS, por exemplo).

Ademais, podem desenvolver ações que forneçam autonomia para as crianças atendidas, através de oficinas educativas que tenham como objetivo o reconhecimento de violências em suas casas, na vida de outras crianças ou até mesmo ensinando que as crianças podem comunicar sobre as violências que percebem ou que vivenciam.

Estudo de Caso 1 - SUS

Durante diferentes consultas de rotina em uma unidade básica de saúde fluvial - que oferece atendimento de atenção primária às comunidades ribeirinhas - os profissionais do dispositivo notaram que uma bebê de 2 anos apresentava hematomas roxos em diferentes partes de seu corpo, incompatíveis com acidentes comuns.

Os profissionais, no intuito de procurar entender o quadro da criança, perguntaram à mãe sobre o porquê daqueles hematomas. Ela relatou que, possivelmente, a filha tinha se machucado enquanto estava brincando sozinha. A genitora foi então orientada sobre a necessidade de não deixar a filha sem supervisão, até mesmo na hora de brincar.

No mês seguinte, a criança apresentou o mesmo quadro em uma nova consulta. Os profissionais encaminharam a mãe para o serviço de psicologia com o intuito de compreender a rotina da mãe e da criança. Em atendimento com a psicóloga da UBS, a mãe relatou que tem tido uma rotina de trabalho estressante e que em casa a filha, de vez em quando, tem apresentado mau comportamento e que para rebater esse comportamento dá "palmadas" na criança. A mãe "justificou" a ação afirmando que "apanhou e virou gente de bem".

Estudo de Caso 1 - SUS

O que fazer diante desse cenário?

Qual a violência identificada?



Estudo de Caso 1 - SUS

Quais as orientações a genitora?

Devo realizar a comunicação externa ou notificação?

Estudo de Caso 2 - SUAS

Uma mulher jovem (18 a 24 anos) compareceu ao CRAS do seu bairro com o intuito de se inscrever no CADúnico. No dispositivo, durante a entrevista social, ela relatou cumprir os requisitos básicos para a inscrição. Foi identificado que essa mulher é genitora de uma criança de dois anos, mas ela informou que sua filha não tem Certidão de Nascimento (CN) e nem CPF, tem apenas a Declaração de Nascido Vivo (DNV).

A jovem foi orientada sobre a necessidade da regularização das documentações básicas para que a criança tivesse acesso aos seus direitos como cidadã. Ela recebeu os encaminhamentos para tirar a 1ª certidão de nascimento e demais documentos. Após regularizar as documentações, a equipe efetivou a submissão de todos os documentos no sistema, o qual acusou inconsistência dos dados. Considerando isso, a equipe do CRAS necessitou realizar visita domiciliar à residência dela.

Na casa, a equipe observou que a filha estava com pediculose e a mãe também não conseguiu encontrar as documentações relativas às vacinas da criança.

Estudo de Caso 2 - SUAS

O que fazer diante desse cenário?

Qual a violência identificada?



Estudo de Caso 2 - SUAS

Quais as orientações a genitora?

Devo realizar a comunicação externa ou notificação?

Análise dos casos

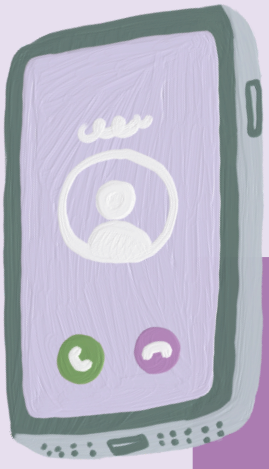
O panorama dos dois casos apresentados indica que os profissionais devem estar munidos de recursos e instrumentos técnicos que sirvam, não apenas para identificar casos que envolvam a suspeita ou a confirmação da violência, mas para cuidar da criança e orientar suas famílias para haver a promoção e a prevenção das violências apresentadas.

Pôde-se ainda observar que a Negligência esteve correlacionada a diferentes formas de violências na vida das crianças.

Logo, os profissionais tiveram de ser atentos tanto aos aspectos físicos quanto aos aspectos sociais das famílias atendidas.

Os atendimentos focaram em realizar escuta qualificada e não acusatória com as responsáveis.

Destaca-se também a necessidade de os profissionais sempre trabalharem articulados com outros dispositivos da rede de proteção.

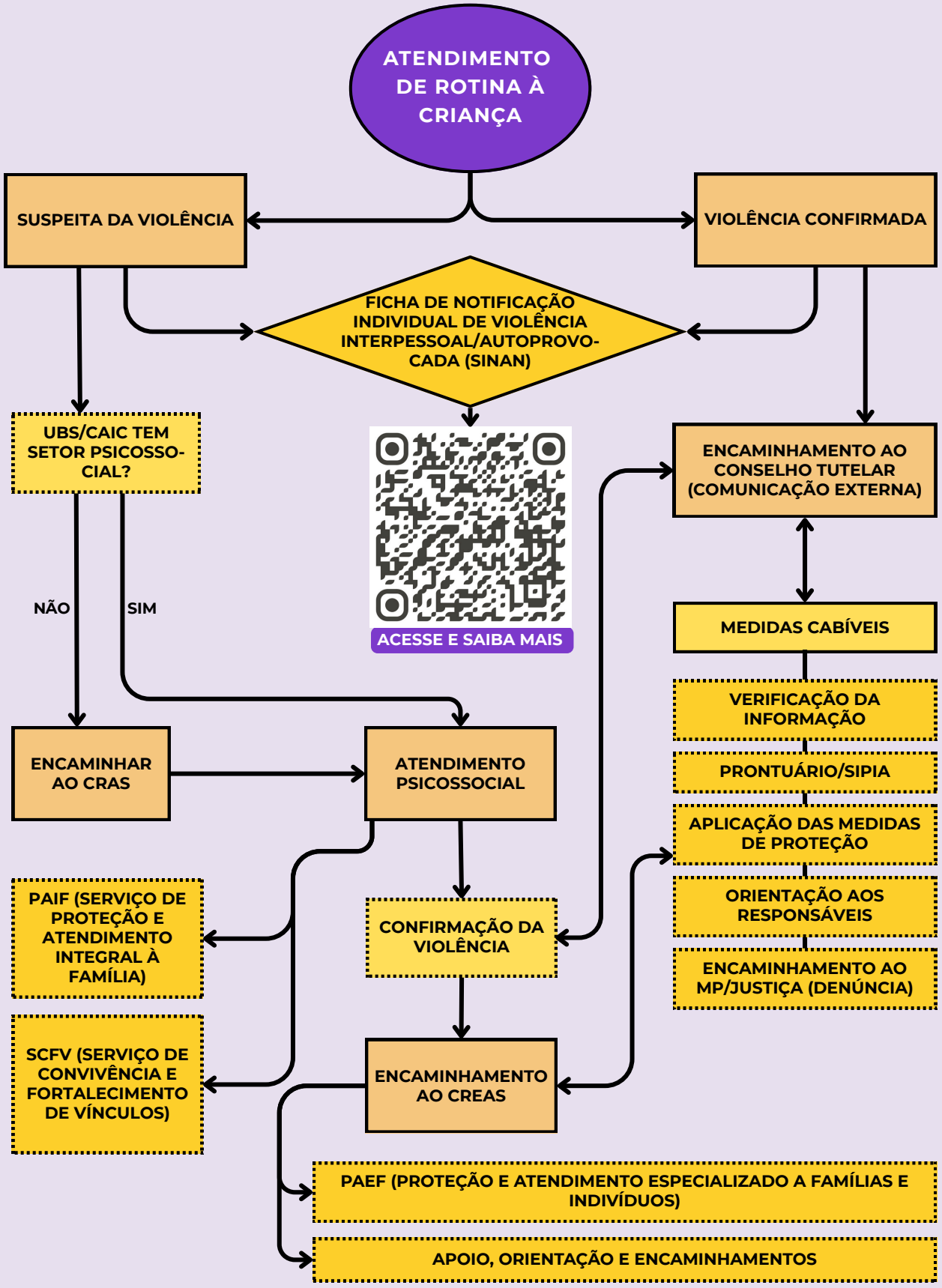


Encaminhamento dos casos à Rede de proteção

Em casos em que haja a suspeita ou confirmação da violência, é importante que os profissionais não apenas realizem os cuidados iniciais às crianças, mas que trabalhem em rede, realizando os encaminhamentos cabíveis a cada caso, notificando e realizando a comunicação externa dos casos de violência que passaram a acompanhar (Ministério da Saúde, 2014).

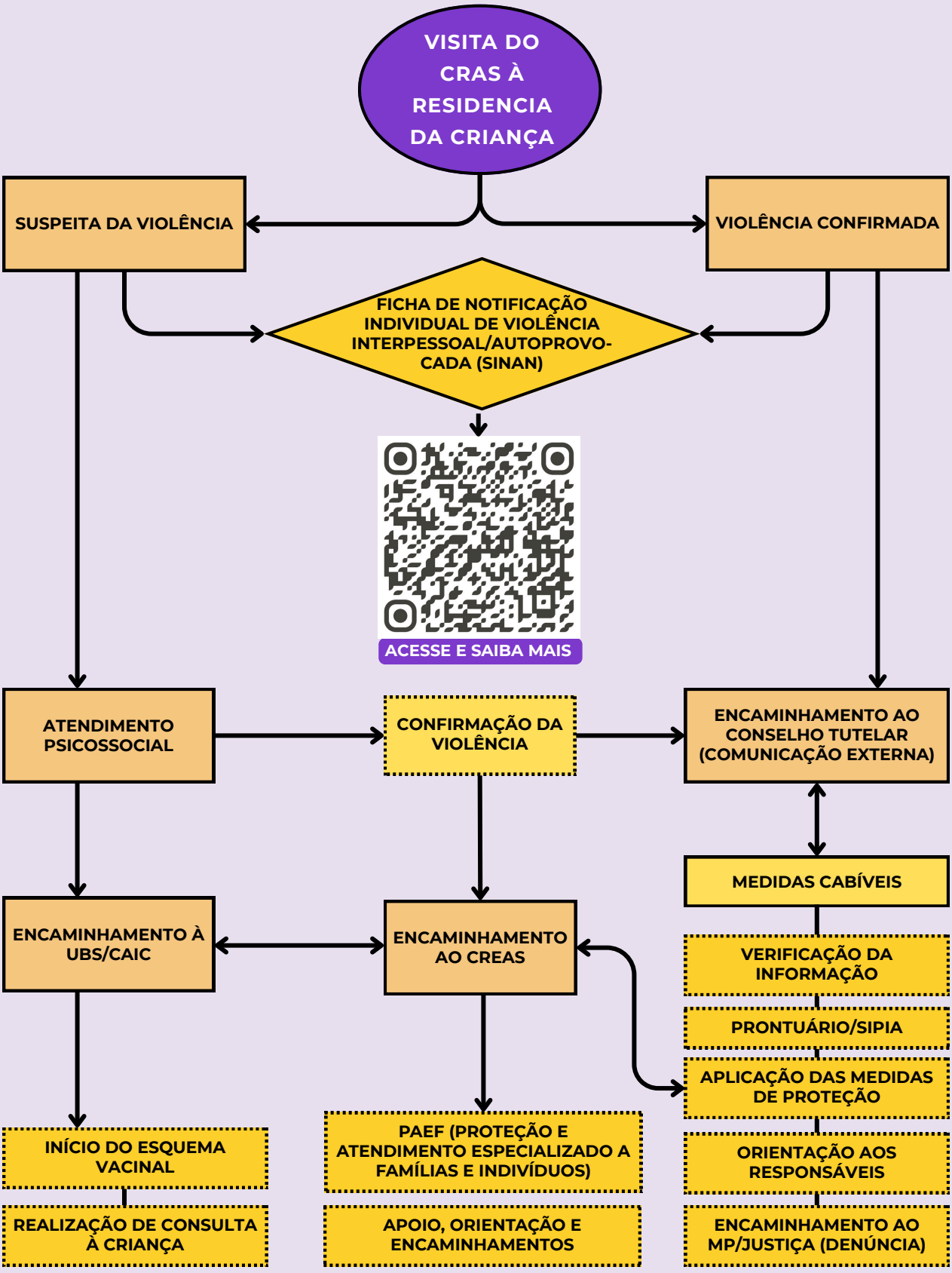
A seguir serão apresentados os possíveis fluxos do trabalho em rede dos dois casos apresentados.

Fluxo hipotético Caso 1 - SUS



Fonte: Produzido pela autora (2026) com base em FVS (2022).

Fluxo hipotético Caso 2 - SUAS



Fonte: Produzido pela autora (2026) com base em FVS (2022).



Qual a diferença entre Notificação, Comunicação Externa e Denúncia dos casos de Violências?

A Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/2017) aponta que tanto as/os trabalhadores do SUS quanto as/os do SUAS e de outras áreas têm o dever de realizar a notificação compulsória e a comunicação externa dos casos suspeitos ou confirmados de violências que chegam aos dispositivos da Rede de Proteção.
Essas ações visam o cuidado, a proteção e a garantia de direitos das crianças e suas famílias.

NOTIFICAÇÃO

É um ato sanitário (epidemiológico). O profissional deve preencher a Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada (SINAN) para que as Políticas Públicas Brasileiras, como o SUS e SUAS, possam ter a dimensão estatística dos casos de violências e, com isso, criar estratégias de enfrentamento localizadas a cada território.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

É um dever legal dos profissionais da Rede de Proteção de informar ao Conselho Tutelar (CT) sobre qualquer suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

DENÚNCIA

É o ato de comunicar o crime às autoridades policiais ou ao Ministério Público (MP) para fins de investigação e punição.

Quem deve realizar a denúncia dos casos de Violências contra crianças na primeira infância?



Na prática, não cabe aos profissionais do SUS ou do SUAS realizarem o processo de denúncia (punição) dos casos de violências atendidos, pois nos dispositivos a atuação das/os profissionais foca na interrupção dos ciclos de violências e no fortalecimento dos vínculos familiares para que as violações não ocorram ou não se repitam.

Mas, esses profissionais, ao trabalharem em Rede com o Conselho Tutelar (CT), por exemplo, auxiliam com que o processo de denúncia seja iniciado.

O CT é o órgão responsável por realizar a resentação (denúncia) do crime de violência - quando esse é constatado - ao Ministério Público ou à Polícia para que os envolvidos sejam responsabilizados por seus atos.

Principais Dispositivos da Rede de Proteção



DISQUE 100 OU DISQUE DIREITOS HUMANOS

É um serviço de proteção vinculado ao Governo Federal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos.



DELEGACIAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE (DPCA) OU DELEGACIAS CONVENCIONAIS

São unidades da Polícia Civil focadas em crimes contra crianças/adolescentes, atuam de forma especializada, oferecendo atendimento humanizado, acolhimento e escuta especializada.



CENTROS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) E OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

São dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que são considerados porta de entrada em casos de suspeita ou violência confirmada.



CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL (CAPSI)

Dispositivo do Sistema Único de Saúde (SUS) que oferta atendimento á crianças e adolescentes com transtornos mentais graves, persistentes ou uso de álcool e drogas.



CONSELHOS TUTELARES (CT)

Òrgãos da rede que funciona 24 horas nas cidades brasileiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)

Local que visa garantir que todos os cidadãos se comportem de acordo com a legislação.



DEFENSORIA PÚBLICA (DP)

Orgão responsável por garantir assistência jurídica, integral e gratuita sobre os direitos individuais e coletivos, orientando cidadãos vulneráveis e promovendo direitos humanos.

Considerações Finais

Esta cartilha buscou reunir informações importantes sobre os caminhos para o cuidado e a prevenção das violências contra crianças na primeira infância do estado do Amazonas. Nesse estado, a violência mais comum contra crianças de zero a seis anos é do tipo Negligência, uma violência silenciosa que ocorre frequentemente dentro das casas das famílias brasileiras.

Portanto, destaca-se o papel fundamental das/os profissionais que atuam na base do SUS e do SUAS, identificando os sinais e sintomas das violências, trabalhando articuladas/os com a Rede de Proteção em prol do cuidado efetivo das crianças e suas famílias e do desenvolvimento e efetivação das políticas públicas localizadas em cada território brasileiro.

Agradecimentos

À todas/os as/os docentes e discentes, de diferentes níveis de formação, que integraram a equipe de pesquisa do projeto “Desenvolvimento de Tecnologias para a Promoção da Parentalidade Saudável e Combate à Violência na Primeira Infância” (ParentalidadeBr) vinculados ao Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Humano no Ambiente Amazônico da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (LADHU/FAPSI/UFAM).

Em especial, Dra. Iolete Ribeiro da Silva, professora e coordenadora Regional (Norte) do projeto de pesquisa citado e orientadora das pesquisas intituladas: “MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NA REGIÃO NORTE DO PAÍS: Reflexões sobre indicadores e políticas públicas” (2022-2024) e “Práticas parentais na primeira infância: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amazonas”, que basearam a construção deste produto técnico destinado aos profissionais da Rede de Proteção do estado do Amazonas.

À Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) por disponibilizar os dados de notificação de violência no Amazonas.

Aos profissionais do SUS e SUAS, que atuam em diferentes cidades do Amazonas, por me auxiliarem na construção dos casos e dos fluxos apresentados na cartilha. Essa contribuição fez com que este material tivesse coesão e coerência com os casos de violências contra crianças na primeira infância que chegam à Rede de Proteção Amazonense, no contexto em que a cartilha foi produzida (2026).

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, com a concessão de bolsa de estudo (Apoio Técnico II) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que possibilitou o levantamento dos dados da pesquisa.

Declaração de uso de Inteligência Artificial (IA)

A elaboração das ilustrações da presente cartilha **“GUIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA DO AMAZONAS”** contou com o apoio de tecnologias baseadas em inteligência artificial, especificamente o **ChatGPT (OpenAI)**, para a geração das três personagens que compõem o material.

Os prompts utilizados para a criação visual foram desenvolvidos de forma cuidadosa, com atenção intencional aos seguintes aspectos:

- Detalhamento estético e narrativo, garantindo coesão visual com a identidade da cartilha;
- Representação étnica, cultural e regional, alinhada à diversidade da população da primeira infância no estado do Amazonas;
- Sensibilidade à temática da proteção infantil, assegurando que as imagens transmitissem acolhimento, segurança e expressões adequadas ao público-alvo.

As ilustrações resultantes foram avaliadas, ajustadas e validadas pela equipe técnica responsável, que assume a supervisão criativa e o compromisso ético com a adequação do conteúdo ao contexto socioeducativo da publicação.

Referências

Brasil. (2016). Lei Nº 13.257, De 8 De Março De 2016. Marco Legal Da Primeira Infância. Diário Oficial Da União, Brasília, 8 Mar. https://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.Htm

FVS - Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas. (2022). Nota TéCNICA Nº 031 /2022/DVE/DITEC/FVS-RCP - Fluxograma da Notificação para violência interpessoal/autoprovocada. https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/NOTA_T%C3%89CNICA_N%C2%BA_031.2022.DVE.DITEC.FVS-RCP_-_FLUXOGRAMA_PARA_FICHA_DE_NOTIFICA%C3%87%C3%83O.pdf

Brasil. (2017). Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho. Diário Oficial da União, Brasília 5 abr. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm

Ministério da Saúde. (2014). Portaria 1271 de 06 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html

NCPI - Núcleo Ciência Pela Infância. (2014). O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: Estudo I. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. https://ncpi.org.br/publicacao/o-impacto-do-desenvolvimento-na-primeira-infancia-sobre-a-aprendizagem/

OMS - Organização Mundial Da Saúde. (2002). Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde. Genebra, 380 p. https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf

Tavares, J. P. (2024). MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NA REGIÃO NORTE DO PAÍS: Reflexões sobre indicadores e políticas públicas. 2024, 106f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Iolete Ribeiro da Silva. Manaus – Amazonas. https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/10612/7/DISS_JolorenaTavares_PPGPSI.pdf

Glossário

CAIC - CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

CAPSI - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL

CN - CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CT - CONSELHO TUTELAR

DNV - DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

DP - DEFENSORIA PÚBLICA

FAPEAM - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS

FAPSI - FACULDADE DE PSICOLOGIA

LADHU - LABORATÓRIO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO NO AMBIENTE AMAZÔNICO

MP - MINISTÉRIO PÚBLICO

PAEFI - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS

SPAIF - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA

SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

SGDCA - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SINAN - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO

SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

UBS - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

UFAM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

USF - UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Práticas parentais na primeira infância: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amazonas

FAPEAM - N. 006/2024 - MULHER FAZ CIÊNCIA

FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Desenvolvimento de Tecnologias para a Promoção da Parentalidade Saudável e Combate à Violência na Primeira Infância

CNPQ CHAMADA N. 46/ 2022 - SAÚDE DA CRIANÇA

CNPq